

Projetos beneficiam pessoa com deficiência

Comissão de Direitos Humanos aprova propostas que facilitam identificação de cédulas de papel-moeda e uso de telefone. Outro projeto reserva vagas para pessoas com deficiência em programas de qualificação profissional



Ao lado de Cícero Lucena (na mesa, à direita), Paulo Paim preside a reunião da Comissão de Direitos Humanos

O projeto aprovado determina que as cédulas de dinheiro sejam confeccionadas com um elemento que permita sua identificação pelo deficiente visual. A outra proposta estabelece a adoção de marca tátil nas teclas de número cinco dos telefones. **Página 8**

Orçamento renova métodos de trabalho e dirigentes

José Maranhão assumiu a presidência da Comissão Mista de Orçamento afirmando que o novo regimento do colegiado oferece ao país perspectivas mais otimistas para o equilíbrio das contas públicas. Os demais integrantes da mesa da comissão – que reduziu sua composição à metade – também foram eleitos. **Página 7**



Ao lado de Efraim Morais (E) e José Pimentel, José Maranhão preside reunião da CMO

Comissão quer nova audiência sobre PAC

A Comissão de Infra-Estrutura vai convidar os ministros Dilma Rousseff, Guido Mantega e Paulo Bernardo para novo debate sobre o PAC. **Página 4**

Criada CPI para investigar ONGs

Foi lido em Plenário requerimento de criação da chamada CPI das ONGs. O objetivo é investigar a utilização dos recursos destinados a essas entidades. **Página 6**

Fundos podem apoiar comércio e serviços

Dois setores poderão ser financiados com recursos dos fundos constitucionais, segundo projeto de Paulo Octávio aprovado em comissão. **Página 2**

Collor atribui sua queda a uma “grande farsa”

Durante três horas, com apartes de vários senadores, Fernando Collor ocupou ontem a tribuna para relatar o processo que resultou na perda de seu mandato de presidente da República e dos direitos políticos por oito anos. Ele atribuiu sua queda a uma “grande farsa” montada por adversários “movidos pelo rancor”. Collor apontou “uma sucessão de ultrajes e um acúmulo de violações das normas legais”. **Página 3**



Collor discursa 14 anos e três meses depois de ser julgado pelo Senado

Com emenda de Garibaldi, proposta aprovada na CDR amplia setores aptos a receber recursos dos fundos de financiamento das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste

Fundos constitucionais poderão financiar comércio e serviços

Os setores de comércio e de serviços poderão ser financiados com recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, de acordo com projeto do então senador Paulo Octávio aprovado ontem por unanimidade pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). O parecer favorável à matéria incluiu emenda do relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que estende aos fundos constitucionais do Norte e do Nordeste a mesma possibilidade de financiamento, sem limite de alíquotas.

Ao defender sua emenda, Garibaldi explicou que o texto original (PLS 364/03) visava acomodar a vocação do Distrito Federal para os setores de comércio e serviços, mas disse acreditar que a proposição pode ser estendida aos demais fundos constitucionais, dando a mesma oportunidade a regiões



Ao lado de Adelmir Santana (D), Garibaldi defende recursos para Norte e Nordeste

que, embora diferentes, enfrentam problemas semelhantes.

A presidente da comissão, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), explicou que caberá aos conselhos deliberativos, que regem os fundos em cada estado, a decisão sobre os setores a serem financiados.

Cícero Lucena (PSDB-PB) ressaltou que os conselhos também devem deliberar sobre os percentuais de recursos para cada área. Já Adelmir Santana (PFL-DF) lembrou que comércio e serviços são os setores que mais crescem nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Mário Couto cobra recursos para infra-estrutura na região Norte

Depois de apresentar dados sobre a distribuição dos recursos aplicados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nas regiões do país, Mário Couto (PSDB-PA) cobrou do presidente Lula a implantação efetiva da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, cujo decreto que a instituiu foi assinado no dia 22 de fevereiro.

Tendo como fonte o próprio BNDES, o senador informou que, dos cerca de R\$ 52,3 bilhões aplicados pelo banco em 2006, R\$ 31,4 bilhões foram destinados ao Sudeste, R\$ 9,7 bilhões ao Sul, R\$ 3,6 bilhões ao Centro-Oeste, R\$ 4,8 bilhões ao Nordeste e apenas R\$ 1,3 bilhão à região Norte. Mário Couto denunciou a existência de discriminação das regiões mais pobres.

– Talvez agora nasça uma esperança em cada nortista, em cada uma das pessoas que moram na Amazônia, porque o governo está sendo obrigado a investir em infra-estrutura para voltar a crescer. Ou ele faz, ou o país afunda definitivamente – afirmou.

Segundo o senador pelo Pará,



Rocswell/Infobase

Para Mário Couto, há desigualdades regionais nos investimentos do BNDES

a falta de investimentos na região Norte, sobretudo em infra-estrutura, contribuiu para a devastação do meio ambiente. Recorrendo a estudo feito pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Mário Couto informou que, para cada quilômetro de estrada oficial na Amazônia, existem 2,5km de estradas ilegais.

Mário Couto lembrou que ocorrem queimadas nas terras que margeiam as estradas, com vistas à produção agrícola. O parlamentar cobrou mais recursos para que os órgãos de fiscalização possam combater o problema.

Senadores se mobilizam por verbas para Sudam e Sudene

Os senadores da CDR defendem a imediata apreciação pelo Congresso dos vetos presidenciais a dispositivos das leis complementares que recriaram as superintendências do desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene).

Sob a liderança de Lúcia Vânia, os integrantes da comissão devem realizar reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros, na próxima terça-feira, quando apresentarão a demanda.

O encontro deverá contar com a presença da líder do governo no Congresso, senadora Roseana Sarney (PMDB-MA).

Para o senador José Agripino (PFL-RN), os vetos atingiram a alocação de recursos para financiamento dos projetos de competência da Sudam (Lei Complementar 124/07) e Sudene (Lei Complementar 125/07). Sem dinheiro, alertou, a recriação das superintendências ficou somente no papel.



Lúcia Vânia: Congresso deve examinar veto a dispositivo das leis que recriam os órgãos

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão de hoje, às 9h, será não-deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa e das lideranças. Entre os primeiros inscritos para discursar estão João Durval (PDT-BA) e Romeu Tuma (PFL-SP).

Perguntas e sugestões dos cidadãos

O serviço Alô Senado recebe ligações gratuitas, de todo o território nacional, pelo telefone 0800 612211, durante 24 horas. As perguntas, sugestões e reclamações são encaminhadas aos setores responsáveis para providências.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Raul Rodrigues Grilo
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Alvaro Dias, Leomar Quintanilha e Marcelo Crivella

Em seu primeiro discurso no Parlamento, senador fala por três horas e faz um balanço emocionado do processo que o retirou da Presidência da República

Collor se diz vítima de rancor e vingança política

O ex-presidente da República Fernando Collor de Mello fez ontem seu primeiro discurso como senador, 14 anos e três meses depois de ser impedido pelo Senado, que julgou, em 29 de dezembro de 1992, o processo de impeachment aprovado em 29 de setembro pela Câmara. Em virtude dessa situação especial, Collor teve atendida a sua solicitação de falar por um tempo acima dos 20 minutos habituais reservados aos pronunciamentos, para que pudesse fazer um relato de como viu o processo que levou à perda de seus direitos políticos por oito anos.

– Os episódios que aqui vou lembrar obrigaram-me a padecer calado e causaram mossa [marcas] na minha alma e cicatrizes no meu coração – disse o ex-presidente logo no início de seu pronunciamento, que se estendeu das 17h30 às 20h30.

Em seguida, dizendo que abria sua “alma e coração” sem “sentimentos subalternos”, Collor afirmou que não era fácil voltar ao passado e reviver o sofrimento por ter sido “agredido moralmente, acusado sem provas, insultado e humilhado durante meses, suportando as agruras de acusações infundadas e a condenação antes de qualquer julgamento”.

O senador alagoano disse que o papel de homem público exige a

resignação e o silêncio, especialmente porque as injustiças de que se diz vítima foram “insufladas pelas paixões e alimentadas pelo fragor das ruas insufladas pela cegueira das emoções”.

Ao citar fatos históricos como a abdicação imposta a D. Pedro I, o suicídio de Getúlio Vargas e a ação que depôs João Goulart, Collor situou seu impeachment numa linha de atos de força que classificou de “rotina periódica de nossa história política”.

– Espero virar esta página de minha carreira política, no mo-

mento em que a retomo, com o propósito de contribuir, na medida de minhas possibilidades, para o progresso e o bem-estar do país e o aprimoramento de seu sistema político – assinalou.

O ex-presidente justificou seu longo e minucioso relato como um dever de consciência diante de tantas versões dos fatos. Ele atribuiu sua queda a uma “grande farsa” montada por adversários “movidos pelo rancor”.

– É chegado o momento de falar à nação para mostrar os descaminhos de um processo

que seguramente não honra nem dignifica a história parlamentar do nosso país – afirmou.

“Abusos e preconceitos”

Collor disse acreditar que o processo contra ele baseou-se em “abusos e preconceitos, em uma sucessão de afrontas ao estado de direito democrático”.

De acordo com ele, essas afrontas começaram com os procedimentos da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) instalada para apurar fatos contidos nas denúncias do Pedro Collor de Mello, irmão do então presiden-

te, referentes às atividades de Paulo César Farias, tesoureiro da campanha de Collor, “capazes de configurar ilicitude penal”. A CPI, acrescentou, não teria obtido depoimentos ou documentos com “qualquer acusação” contra ele, pessoalmente, nem contra qualquer ato que tivesse praticado como presidente da República.

O senador afirmou que “na sucessão de atos exorbitantes”, a CPI começou por violar o artigo 86, parágrafo 4º, da Constituição, segundo o qual “o presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções”.

Com relação aos motivos políticos para o impeachment, o ex-presidente lembrou que foi eleito por uma coalizão de pequenos partidos, que detinha apenas 8,4% das cadeiras no Parlamento.

O senador localizou no então presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, o seu algoz principal.

Collor também enfatizou sua absolvição pelo Supremo Tribunal Federal, em dezembro de 1994: “Como evidenciam os pronunciamentos dos ilustres magistrados, não há comprovação de nenhum ato ilícito que eu tenha praticado como presidente da República. Fui afastado na suposição de que as acusações que me fizeram fossem verdadeiras”.



No telão em frente à entrada do Plenário, o discurso de Collor é acompanhado por várias pessoas, em transmissão da TV Senado

Em apartes, vários senadores comentam primeiro discurso

Primeiro senador a apartear Fernando Collor, Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que o ex-presidente está anistiado pela Justiça e pelo voto popular. Elogiou o ex-presidente por não opor resistência a investigação de seu governo e disse que ele teria terminado seu mandato se tivesse mantido “relação mais aberta com o Congresso”.

Aloizio Mercadante (PT-SP) ressaltou que os integrantes da CPI cuja investigação culminou no processo de impeachment estavam convictos da necessidade da apuração dos fatos e da “busca da verdade sobre as graves denúncias que tinham sido apresentadas”. No entanto, afirmou, vai tratar Collor com o mesmo respeito e consideração com que trata os outros senadores.

– Sem qualquer tipo de revanchismo ou de tratamento, que não fosse o reconhecimento da vontade legítima, democrática do povo de Alagoas – disse.

O líder do PTB no Senado, Epiácio Cafeteira (MA), registrou que Collor foi inocentado pelo STF e congratulou o colega por ter sido eleito senador.

Já o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que era diretor-geral da Polícia Federal no governo Collor, agradeceu a confiança do ex-presidente à época e reconheceu que ele teve interesse em apurar as denúncias que apareciam. Também manifestando apoio ao ex-presidente, Tasso Jereissati (PSDB-CE) destacou que a experiência de vida e a trajetória política de Collor vão contribuir para seu desempenho como senador.

Na opinião de Mão Santa (PMDB-PI), Collor foi “um extraordinário presidente da República”. Valdir Raupp (PMDB-RO) recordou que foi um seguidor de Collor no extinto Partido da Renovação Nacional (PRN), único período em que ficou fora do PMDB. Raupp elogiou o retorno de Collor ao cenário político nacional e disse que nunca é tarde para recomeçar.

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) enalteceu o ex-presidente por “adotar a linha serena de quem atravessou todas as dificuldades, amadureceu e entende a responsabilidade deste momento, oferecendo seu compromisso com a

governabilidade”.

No mesmo sentido, Edison Lobão (PFL-MA) destacou a serenidade e a sobriedade demonstradas por Collor e como essas qualidades fazem falta à política. Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse estar na expectativa de que os acontecimentos que levaram ao processo de impeachment não aconteçam novamente.

Joaquim Roriz (PMDB-DF) afirmou que Collor tinha como destino ser o primeiro presidente eleito pelo povo após o regime ditatorial, e que cumpriu essa missão com galhardia. Efraim Moraes (PFL-PB) ressaltou que o ex-presidente foi inocentado pelo STF e pelo voto popular de seus conterrâneos ao ser eleito senador. Wellington Salgado (PMDB-MG) ressaltou o espírito de liderança que Collor tem demonstrado em seus primeiros meses no Senado.

O senador Jayme Campos (PFL-MT) considerou que a fala do ex-presidente colocou um ponto final ao episódio do impeachment, opinião compartilhada por Romero Jucá (PMDB-RR).

Renan vê “espetáculo” oferecido pela democracia

“Só a democracia proporciona o espetáculo exuberante que estamos vivendo agora.” A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, em Plenário, após o encerramento do pronunciamento de estréia do senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL), que teve seus direitos políticos cassados pelo Senado Federal em 1992.

– É forçoso, forçoso mesmo reconhecer que vossa excelência é hoje maior do que foi um dia – disse Renan Calheiros, depois de ouvir o discurso de Fernando Collor.

O presidente do Senado fez essas observações depois de qualificar como histórico o pronunciamento de Collor, em que o ex-presidente relatou os bastidores do processo de seu impeachment – “que o fez sofrer tanto”. Renan destacou a “decisão soberana” do povo de Alagoas que conduziu Collor ao Senado, nas eleições do ano passado, e a humildade com que o ex-presidente tem se conduzido no Parlamento.

Em 1992, Collor renunciou à Presidência da República no começo da sessão plenária do Senado em que seria julgado e que acabou por cassar o seu mandato e os direitos políticos.



Gastos não são direcionados para os que mais necessitam, observa Mão Santa

Mão Santa: "Só a Colômbia tem gasto pior que o Brasil"

Baseado em pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicada pelo jornal Correio Braziliense, Mão Santa (PMDB-PI) disse ontem que, na América Latina, "só a Colômbia é pior do que o Brasil na hora de gastar o dinheiro público".

O senador frisou que os gastos não são direcionados para as camadas da população que mais necessitam de verbas públicas e lembrou que o Haiti, país mais pobre do que o Brasil, é mais eficiente em seus gastos.

Segundo Mão Santa, o Ipea aponta como solução para o Brasil a melhoria da produtividade e a redução do engessamento orçamentário.

Senadores entendem que primeira audiência, no Plenário, não foi suficiente para esclarecer todas as dúvidas sobre o programa que prevê investimento de R\$ 503,9 bi

Comissão convida ministros para novas explicações sobre o PAC

A chefe da Casa Civil, ministra Dilma Rousseff, e os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Paulo Bernardo, voltarão ao Senado para continuar a detalhar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê investimentos de R\$ 503,9 bilhões em obras de infra-estrutura até 2010. O convite foi aprovado ontem, por unanimidade, pelos membros da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e a data da audiência ainda será marcada.

Os senadores argumentaram que na reunião da semana passada, realizada em conjunto pela CI e pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e que contou com a presença dos três ministros, não houve tempo suficiente para esclarecer todas as dúvidas com relação ao PAC.

TV do Executivo

Uma série de críticas à intenção do governo federal de criar a TV



Marconi, ao lado de Delcídio (D), quer convidar Hélio Costa para debater a TV do Executivo

do Poder Executivo – ao custo de cerca de R\$ 250 milhões somente nos próximos quatro anos – levou a CI a aprovar requerimento do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) convidando o ministro das Comunicações, Hélio Costa, a explicar o projeto. A data ainda

será marcada. Também foi acolhido requerimento do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pedindo audiência pública com os governadores da região Norte e do estado de Mato Grosso para debater a implementação do PAC na área da Amazônia Legal.



Fátima Cleide pede que parlamentares aprovem projetos para a área

Fátima Cleide elogia lançamento de plano para educação

Fátima Cleide (PT-RO) elogiou o presidente Lula pelo lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação. Ela considerou o evento, ocorrido ontem, um passo importante para o avanço da educação nacional.

– A principal política pública para promover de fato o desenvolvimento econômico e social é a educação – assinalou.

A senadora lembrou que o presidente Lula ressaltou a importância da educação profissional e tecnológica para facilitar o acesso dos jovens ao mercado de trabalho e pediu aos parlamentares que trabalhem pela aprovação de projetos para essa área.



Segundo Marisa Serrano, integrantes do partido querem superar gargalos políticos

Marisa Serrano registra encontro do PSDB em Dourados

Marisa Serrano (PSDB-MS) registrou a realização, no último fim de semana, do 1º Encontro Regional do PSDB, em Dourados (MS). No encontro, destacou a senadora, o partido – que está preparando sua reformulação programática – deu um passo importante para o diagnóstico da realidade brasileira.

A senadora ressaltou a mobilização do partido e o desejo manifestado pelos seus integrantes de mudança e de superação dos atuais gargalos políticos e econômicos que, atualmente, enfraquecem aquelas regiões que têm o agronegócio como atividade principal.

Governo é solicitado a promover a Rio+20

Por solicitação do senador Fernando Collor (PTB-AL), a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou ontem proposta que solicita ao governo federal providências para que promova, no Rio de Janeiro, em 2012, a III Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Rio+20.

Collor explicou que 2012 foi

escolhido por ser o ano em que expira o prazo de vigência do Protocolo de Kyoto, que reúne uma série de compromissos assumidos pelos países signatários para diminuir a emissão de gases poluentes na atmosfera. Ele sugeriu que a Rio+20 fique restrita aos países que mais lançam CO₂ no espaço – os principais responsáveis, portanto, pelo

efeito estufa.

Os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Valdir Raupp (PMDB-RO), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defenderam a ideia de que a conferência seja realizada na Amazônia. A proposta já foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).



Flexa Ribeiro afirma que resolução ministerial é interferência do Executivo

Flexa Ribeiro repudia iniciativa do ministro das Cidades

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) repudiou a assinatura, por parte do ministro das Cidades, Márcio Fortes, da Resolução Recomendada 21/06, que, segundo afirmou o parlamentar, pretende paralisar a tramitação do Projeto de Lei do Senado 93/06.

O projeto, de autoria do senador, altera o Estatuto das Cidades, prorrogando os prazos para que os municípios elaborem seus planos diretores. Na avaliação de Flexa Ribeiro, a resolução assinada pelo ministro representa uma interferência do Poder Executivo no Parlamento, "o que viola frontalmente a independência dos Poderes".

Adelmir Santana quer divulgar Lei das Micro e Pequenas Empresas

Adelmir Santana (PFL-DF) defendeu ontem, em Plenário, a realização de um debate nacional para a divulgação das vantagens da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas para o segmento de negócios que ela contempla.

Ao anunciar a criação de frente parlamentar com a missão específica de promover na sociedade brasileira debates sobre a implantação e regulamentação da nova lei, Adelmir Santana lembrou que, sobretudo por intermédio de discussões nacionais, os brasileiros vão despertar para as facilidades e benefícios da formalização

das pequenas empresas coletivas, individuais e familiares.

– A nova lei estimula a legalidade e a formalidade pela desburocratização e adequação da carga tributária, oferecendo um conjunto de incentivos aos negócios formais – disse.

O senador frisou ainda que mais de 10 milhões de novos empregos deverão ser criados após a entrada em vigor da lei. Alguns dos benefícios citados por ele foram o pagamento único de impostos federais, estaduais e municipais por meio de percentual reduzido que incidirá sobre o



Adelmir Santana: nova lei estimula legalidade pela desburocratização

faturamento do mês; a abertura de empresas por meio de um único número baseado no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); e a garantia de aplicação de 20% dos recursos públicos no desenvolvimento e na capacitação desse segmento.

José Nery defende veto a emenda incluída no projeto da Super-Receita

O senador José Nery (PSOL-PA) defendeu ontem, em Plenário, o veto presidencial à Emenda 3, incluída no projeto que cria a Super-Receita do Brasil (PLC 20/06), cuja sanção deverá ser analisada pelo Executivo até hoje. Em sua avaliação, a manutenção do dispositivo favorece a ocorrência de irregularidades trabalhistas e dificultará o combate à ocorrência de trabalho escravo.

A emenda impede que um auditor-fiscal da Receita avalie como relação de trabalho um negócio jurídico existente entre duas empresas, a exemplo de um banco que contrata prestadores de serviços, o que só poderia ser feito previamente por meio de decisão judicial. José Nery defendeu o envio ao Congresso, pelo Executivo, de um projeto de lei que trate especificamente dos prestadores de serviços, como forma de não prejudicar os titulares de pequenos empreendimentos diante de um possível veto presidencial à emenda, de autoria do então senador Ney Suassuna.

– A emenda se constitui em dispositivo estranho à matéria do projeto de lei, sobre a fusão de



José Nery: manutenção do dispositivo irá dificultar combate ao trabalho escravo

secretarias. É matéria que enveredou para alteração na legislação trabalhista, introduzindo aspecto no mínimo polêmico. O texto impede que auditores fiscais do Trabalho verifiquem as condições previstas na lei e que comprovem relação de trabalho, formalizada ou não – explicou Nery.

O projeto que cria a Super-Receita, oriunda da fusão da Secretaria da Receita Federal e da Secretaria da Receita Previdenciária, tramitou no Senado, que aprovou a Emenda 3 por unanimidade, e foi encaminhado à Câmara dos Deputados, que o remeteu à sanção do presidente da República.

Leomar Quintanilha lembra o Dia Internacional do Consumidor

O presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), lembrou a passagem do Dia Internacional do Consumidor, comemorado ontem, creditando ao consumidor o mérito de gerar empregos e movimentar a economia de um país.

– O respeito ao direito do consumidor é parte da cidadania.

Apesar de assinalar imperfeições no sistema de defesa do consumidor brasileiro, Quintanilha acredita que tanto o Código de Defesa do Consumidor quanto as instituições que zelam por seu cumprimento têm se empenhado em defender seus interesses. Mas, mesmo envolvido por essa rede de proteção, o senador afirma que o consumidor ainda é desrespeitado. Esse desprestígio é constatado, conforme salientou, quando se comprova que algumas empresas colocam no mercado interno produtos inferiores aos exportados.

– Isso acontece na indústria automobilística, de alimentos, de produtos de higiene e limpeza e



Quintanilha reclama das tarifas bancárias cobradas no Brasil, que cresceram 293%

de eletroeletrônicos – listou.

O senador também se queixou das tarifas bancárias cobradas no país, que teriam crescido 293% de 1996 para cá, e da falta de informação precisa para o consumidor quanto a prejuízos e vantagens sobre a mudança de pulso para minuto na telefonia. Melhores preços e maior qualidade dos produtos e serviços oferecidos no país continuam sendo, segundo o presidente da CMA, os principais anseios do consumidor, que precisam ser ainda mais estimulados a tomar consciência e aprender a brigar por seus interesses.

Iniciativa aprovada pelos deputados, que inclui bares e estabelecimentos similares, exige colocação de avisos advertindo que é crime a exploração de crianças e adolescentes

Projeto obriga hotel a alertar sobre abuso sexual de menores

A Câmara dos Deputados aprovou ontem substitutivo a projeto oriundo da CPI Mista da Exploração Sexual que obriga hotéis, bares, restaurantes e similares a exibir letreiros informando que é crime submeter crianças ou adolescentes à prostituição ou à exploração sexual. Os destaques apresentados à proposição serão votados na próxima semana.

Pela proposta (4.125/04), os avisos, mensagens ou cartazes devem ser afixados em local que permita sua plena observação pelos frequentadores do estabelecimento, com texto em português e em inglês. O estabelecimento que descumprir a lei estará sujeito a multa de dez a 50 salários-referência e poderá ser fechado pela autoridade judiciária.

O substitutivo, elaborado pela deputada Maria do Rosário (PT-RS), amplia a lista de estabelecimentos, incluindo lanchonetes, casas noturnas de qualquer natureza, salões de beleza, agências de modelos, casas de massagem, saunas, academias de fisiculturismo, de dança, de ginástica e de atividades correlatas. Também estende a obrigação a postos de gasolina e demais locais de



Patricia Saboya (2ª à esq.) presidiu a CPI da Exploração sexual, que elaborou a proposta

acesso público localizados junto a rodovias, associações recreativas ou desportivas e outros estabelecimentos que ofereçam serviços voltados ao mercado ou ao culto da estética pessoal.

Investigação

A CPI mista foi instalada em junho de 2003 e votou seu relatório final em julho do ano seguinte. A senadora Patricia Saboya (PSB-CE), que presidiu a comissão, tem utilizado a tribuna, com frequência, para cobrar das autoridades soluções para o problema que permanece em proporções alarmantes, apesar dos esforços empreendidos por ex-integrantes do colegiado.

Para investigar esses crimes, a comissão percorreu todas as

regiões do Brasil. Foram visitados 22 estados, realizadas 34 reuniões e audiências públicas, além de 20 diligências. A comissão analisou 958 documentos, ouviu 285 pessoas e recebeu 832 denúncias de todo o país, das quais 543 resultaram em notícias-crime. O relatório final sugeriu o indiciamento de cerca de 250 pessoas, entre políticos, empresários, magistrados, líderes religiosos e esportistas.

Em outubro do ano passado, Patricia Saboya, ao comentar relatório das Nações Unidas sobre abusos contra crianças e adolescentes no mundo, manifestou decepção por ver descaso das autoridades brasileiras diante da gravidade do quadro.

Tuma destaca discurso de recepção a Carreiro no TCU

Após saudar a nova secretária-geral da Mesa do Senado, Cláudia Lyra, e a posse de seu antecessor no cargo, Raimundo Carreiro, como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), o senador Romeu Tuma (PFL-SP) leu trechos do discurso de recepção ao novo membro da instituição pelo também ministro Marcos Vinícios Vilaça, integrante da Academia Brasileira de Letras.

Tuma se disse encantado pelo discurso – “uma aula sobre o funcionamento do TCU” –, repleto de citações literárias. Ao antecipar os desafios a serem enfrentados por Raimundo Carreiro no exercício do cargo, o ministro-acadêmico Marcos Vilaça comparou a Corte de contas a um lugar de provações, mas, ao mesmo tempo, a considerou um posto honroso e observatório precioso da res publica (República, em latim).

Alagoas

Em seu pronunciamento, Romeu Tuma também informou que o Ministério da Justiça já decidiu pela criação de um Gabinete de Gestão Integrada, composto por forças federais e estaduais, encarregado de avaliar a necessidade de a Força Nacional de Segurança atuar na repressão à criminalidade no estado de Alagoas.

Renan recebe manifestantes contrários à transposição

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem em seu gabinete uma comissão de integrantes do “Acampamento pelo rio São Francisco”, que veio reivindicar alterações no projeto de transposição do rio, sugeridas pelas comunidades tradicionais ribeirinhas e pelas populações regionais.

A comissão defende medidas de revitalização do São Francisco e repudia a transposição de águas do rio. Seus integrantes participaram de caminhada, ontem, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, em protesto contra a publicação no Diário Oficial da União de licitação aberta pelo Ministério da Integração Nacional para a construção da primeira etapa do projeto de transposição.

Unitar

Antes de encerrar a sessão deliberativa de ontem, Renan Calheiros registrou a presença, no Senado, do economista Carlos Lopes, diretor-executivo do Instituto das Nações Unidas para Formação e Pesquisa (Unitar). Lopes veio conversar com o presidente da Casa sobre o estreitamento de relações entre a organização que representa e o Legislativo brasileiro.

O economista esteve acompanhado do secretário de Planejamento de Alagoas, Sérgio Moreira.

“A CPI não tem interesse marcado. É para produzir um efeito altamente benéfico ao país e para separar o joio do trigo”, afirma Heráclito Fortes, autor do requerimento

Criada CPI para investigar atividades das ONGs no país

O 2º vice-presidente da Mesa do Senado, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), na presidência dos trabalhos, leu ontem o requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais e Organizações da Sociedade Civil, denominada CPI das ONGs. A partir de agora, os líderes dos partidos devem fazer a indicação dos parlamentares que irão compor a comissão. O requerimento conta com 77 assinaturas, número superior ao requerido para a criação de uma CPI, que é de 27 assinaturas.

A comissão, conforme consta do requerimento lido por Alvaro

Dias, irá investigar a utilização dos recursos destinados a essas entidades pelo governo federal, tanto no Brasil como no exterior, entre o início de 2003 e dezembro de 2006. A CPI contará com R\$ 100 mil para a realização dos seus trabalhos.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI), autor do requerimento, agradeceu ao presidente da Casa, Renan Calheiros, e aos demais parlamentares pela manifestação do desejo de fiscalizar as organizações não-governamentais e organizações da sociedade civil (Oscips), tendo em vista o interesse público.

– A CPI não tem interesse mar-

cado. É para produzir um efeito altamente benéfico ao país e para separar o joio do trigo – disse o senador, numa referência às instituições que não prestam, como se supõe, serviços de interesse público ao país.

O senador informou que a base governista pretende ampliar o período a ser investigado pela comissão, incluindo os repasses feitos às ONGs a partir de 1999. Heráclito afirmou que concorda com essa mudança.

– Faço esse registro na esperança de que os partidos cumpram os acordos e façam as indicações para a instalação da CPI – ponderou o senador.

Virgílio: PSDB “fará o impossível” para impedir a TV do Executivo

O PSDB “fará o impossível” para impedir que o governo federal implante a Rede Nacional de Televisão Pública. O aviso foi dado ontem pelo líder do partido, Arthur Virgílio (PSDB-AM), que alertou sobre a possibilidade de se repetir no Brasil a experiência hoje vivida na Venezuela: “uma TV estatal que serve de palanque a um governante tresloucado que malbarata um recurso não renovável do país para sustentar seu poder”.

Para Virgílio, TV pública mais populismo, mais plebiscito para subtrair prerrogativas do Congresso é igual a menos liberdade, mais autoritarismo e mais intervencionismo sobre a vida das pessoas, empresas e trabalhadores. O senador pediu ao ministro das Comunicações, Hélio Costa, a quem disse considerar democrata, que faça uma autocrítica e reveja

sua posição de defender a rede pública de televisão.

– Jamais concederia essa televisão somente imaginando que o presidente Lula, porventura, não fizesse mal uso dela. Até porque digamos que ele seja um santo do ponto de vista do respeito à democracia. Pode vir depois dele um diabinho, ou ele próprio pode mudar de status, pode descer um pouco e se transmutar em diabinho supondo que pudesse ser um santo. Ou seja: democracia, para mim, é algo intocável.

Em aparte, Tasso Jereissati (PSDB-CE) concordou que a implantação de uma TV do Executivo, somada a outras iniciativas do governo Lula, representa preocupação para o país. José Agripino (PFL-RN) lembrou que o governo federal já dispõe da Radiobrás (Empresa Brasileira de Radiodifusão) e pode convocar



Arthur Virgílio teme que se repita no Brasil experiência da Venezuela

cadeia de rádio ou de televisão quando tiver algo relevante a comunicar ao país.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lamentou a possibilidade de Lula estar seguindo a cartilha de Hugo Chávez. Por outro lado, Wellington Salgado (PMDB-MG) convidou Virgílio, Agripino, Tasso e Flexa a esclarecerem suas dúvidas na reunião que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática (CTT) promoverá com o ministro Hélio Costa para debater a implantação da rede pública de televisão.



Vitor Cândido (E) é sabatinado na CRE, ao lado de Heráclito Fortes e Inácio Arruda

Aprovada indicação de novo embaixador para a Romênia

O futuro embaixador brasileiro em Bucareste, Vitor Cândido Paim Gobato, assumirá o posto, como ele mesmo definiu, em uma Romênia “diferente”, após o seu ingresso na União Européia, a partir de janeiro deste ano. A indicação do embaixador recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e será agora examinada em Plenário.

– Temos um bom momento no relacionamento bilateral, mas não deixa de ser um desafio a missão de aperfeiçoar esse relacionamento, no momento em que a Romênia passa a integrar a União

Européia – afirmou Gobato.

Segundo o embaixador, 32 bilhões de euros, de fundos europeus, serão destinados ao longo dos próximos sete anos à Romênia. Com essa medida, procura-se reduzir as desigualdades entre os novos e os antigos sócios do organismo continental.

Ainda durante a reunião, foi aprovado requerimento de Arthur Virgílio (PSDB-AM) para a realização de audiência pública sobre relatório do Grupo de Trabalho da Amazônia, composto por representantes do governo, que aponta riscos de “dominação estrangeira” na região.

Irã quer investir em gasoduto no Brasil, afirma embaixador

O embaixador do Irã no Brasil, Seyed Jafar Hashemi, reuniu-se ontem com o presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática (CCT), senador Wellington Salgado (PMDB-MG), e com os senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Romeu Tuma (PFL-SP) para discutir a possibilidade de cooperação científica entre os dois países na área de energia. Durante a reunião, o embaixador Seyed Jafar Hashemi disse que o Irã tem interesse em investir em gasodutos no Brasil e em outros países da América do Sul.

A informação foi transmitida pelo diplomata em resposta a

pergunta de Sérgio Zambiasi sobre se o Irã poderia participar como parceiro na construção do gasoduto norte-sul, que transportará gás da Venezuela para o Brasil e a Argentina. Os custos para esse projeto são estimados em cerca de US\$ 20 bilhões. O diplomata iraniano lembrou que o seu país é o segundo maior fornecedor de gás para a Europa.

Ao falar sobre o ponto de vista iraniano em relação à questão da pesquisa nuclear, o embaixador Seyed Hashemi afirmou que o Irã tem o objetivo de desenvolver essa tecnologia com fins pacíficos.

ACM recebe alta e continua tratamento em Salvador

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) deixou ontem à tarde o Instituto do Coração do Hospital das Clínicas (Incor), em São Paulo. Ele recebeu alta hospitalar pela manhã, de acordo com boletim médico. Antonio Carlos segue o tratamento em sistema domiciliar, em Salvador, sob os cuidados

de seus médicos particulares – Jorge Pereira (pneumologista) e César Araújo (radiologista). O senador continuará tomando antibióticos para debelar a pneumonia e medicamentos que usualmente utiliza para o controle do sistema cardiovascular.

Antonio Carlos ficou internado por oito dias no Incor, onde

deu entrada em 7 de março com quadro de pneumonia e agravamento de disfunção renal.

A equipe que assistiu o senador foi chefiada pelo médico David Uip, com a participação de Roberto Kalil e José Otávio Costa Auler Júnior, ambos do instituto, e pelos médicos particulares de Antonio Carlos.



Sérgio Zambiasi (E) e Wellington Salgado conversam com o embaixador Seyed Hashemi



Paim pede ao Ministério do Planejamento que autorize empréstimo com o BID

Paim apela em favor de estradas vicinais no Rio Grande do Sul

Paulo Paim (PT-RS) dirigiu apelo ao Ministério do Planejamento em favor da autorização de empréstimo ao Rio Grande do Sul para pavimentação de estradas vicinais em 120 municípios. A obra é orçada em US\$ 300 milhões, dos quais US\$ 150 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Segundo explicou, o governo federal teria argumentado falta de capacidade de endividamento do estado.

O senador aproveitou para agradecer ao secretário nacional de Defesa Civil, Jorge Pimentel, pela liberação de recursos para atendimento a vítimas de enchentes no Rio Grande do Sul.



Azeredo diz que objetivo é levar o serviço aos 853 municípios do estado

Azeredo destaca avanço da telefonia celular em Minas

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) saudou ontem, em Plenário, o lançamento do programa Minas Comunica, por meio do qual o governo mineiro pretende investir R\$ 180 milhões para levar a telefonia celular a 412 municípios do estado que ainda não contam com esse tipo de serviço. A intenção é que, até outubro deste ano, todas as 853 cidades mineiras estejam dotadas de cobertura celular.

De acordo com Azeredo, quatro operadoras – Vivo, TIM, Telemig Celular e Claro – vão disputar a licitação para prestação do serviço em sistema de leilão reverso, inicialmente marcado para o dia 22 deste mês.

Novo presidente da comissão mista afirma que mudança das normas deverá contribuir para eliminar o quadro de “descrédito” que marca a elaboração da lei orçamentária anual

Maranhão assume presidência da CMO, agora com novas regras

As novas regras de funcionamento da Comissão Mista de Orçamento (CMO) vão contribuir para rever o quadro de “descrédito” que marca a elaboração da peça orçamentária, afirmou ontem o senador José Maranhão (PMDB-PB), ao assumir a presidência do colegiado. “As recentes denúncias envolvendo políticos em esquemas ilícitos de favorecimento obrigaram o Legislativo a mudar a sistemática de apreciação das leis orçamentárias, de forma a priorizar a agilidade e a transparência, bem como o papel fiscalizador da CMO”, disse.

Para José Maranhão, o novo regimento da comissão oferece ao país perspectivas mais positivas para o equilíbrio das contas públicas. O parlamentar esclareceu que “o avanço resulta de mecanismo que abre possibilidade de consulta à CMO antes da votação de projetos de lei e medidas provisórias nos plenários do Senado e da Câmara dos Deputados, sobre o impacto fiscal e orçamentário decorrente das propostas”.

– Estou convicto de que essa medida é o passo mais importante que o Parlamento já deu, em matéria fiscal, desde a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O senador anunciou que, sob seu comando, a Comissão Mista de Orçamento vai obedecer rigorosamente os prazos de exame e



Ao lado de Efraim e Pimentel, José Maranhão (D) assegura que prazos serão cumpridos

votação das matérias orçamentárias. No entanto, ressaltou, o sucesso dos trabalhos dependerá, na maior parte, da colaboração e do empenho dos líderes partidários, das mesas diretoras da Câmara e do Senado e dos próprios integrantes da CMO.

Na mesma reunião, também foram eleitos os demais integrantes da mesa da comissão, que terá como 1º vice-presidente o deputado Roberto Rocha (PSDB-CE). Já o deputado José Pimentel (PT-CE) foi designado relator do projeto da lei orçamentária para 2008.

Faltam ser designados os relatores dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Plano Plurianual (PPA), bem como dos integrantes dos vários comitês técnicos da comissão. Esses cargos são ocupados por indicação partidária, mediante o critério de tamanho das bancadas,

com dispensa de confirmação pelo voto.

Antes da nova resolução, aprovada em novembro do ano passado, os relatores e membros dos comitês de apoio para exame das leis do ciclo orçamentário só eram confirmados quando as mensagens do Executivo chegavam ao Congresso Nacional. A LDO é enviada no mês de abril e o projeto da Lei de Orçamento Anual (LOA) em agosto. Instrumento de planejamento da ação do governo para quatro anos, o PPA é encaminhado ao Congresso sempre no primeiro ano de mandato do presidente eleito.

– A antecipação tem a finalidade de permitir que relatores e comitês acompanhem e analisem desde cedo os temas em sua área de competência – justificou Ricardo Barros (PP-PR), autor do texto básico da nova resolução.

Consultoria explica alterações no rito da lei orçamentária

A Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (Conorf) realizou ontem uma audiência para apresentar as mudanças que a Resolução 1/06 do Congresso Nacional promove no processo orçamentário. Uma das principais alterações é a renovação obrigatória, a cada sessão legislativa, da composição da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Com a mudança, os parlamentares que fizerem parte do colegiado em um determinado ano – sejam titulares ou suplentes – não poderão integrá-lo no ano seguinte.

Outra inovação importante é a tentativa de envolver as comissões permanentes do Senado e da Câmara, que são temáticas, com o processo orçamentário desde que este tem início. Os que defendem a alteração argumentam que isso é uma forma de introduzir efetivamente as políticas públicas na discussão do Orçamento.

A resolução prevê que os poderes – e os recursos – agrupados sob a responsabilidade do relator-geral do Orçamento serão desconcentrados entre as relatorias setoriais. Isso atenderia, de acordo com os consultores da Conorf, ao objetivo de “disseminar o poder entre as relatorias”.

Relatores

Além disso, foi antecipada a indicação dos principais relatores das proposições orçamentárias: agora, eles têm de ser designados em até cinco dias após a instalação da comissão. Como a CMO que atuará neste ano foi instalada ontem, as indicações precisam ser feitas até a próxima terça-feira, dia 20. Segundo os consultores do Senado, a definição antecipada possibilita que esses relatores tenham mais tempo para se qualificar em suas áreas específicas.

A criação de uma relatoria específica para análise das receitas orçamentárias é outra novidade – antes, o relator-geral acumulava tanto a avaliação das receitas como a das despesas orçamentárias. Com a mudança, a Conorf acredita que poderão ser evitadas as reestimativas de receitas formuladas para atender às diversas demandas a que o relator-geral está sujeito.

Foi criada ainda pela resolução a figura da “contestação orçamentária”, por meio da qual um parlamentar pode questionar eventuais inobservâncias de normas por parte de alguma proposição, no que se refere a receitas, despesas, admissibilidade de emenda e ao próprio texto da lei.

▼ Confira as principais mudanças nas normas

- Redução do número de integrantes fixos da comissão para 42 parlamentares (11 senadores e 31 deputados), metade da composição anterior, o que reduz dificuldades para quórum.

- Vedação da recondução dos membros do colegiado em períodos consecutivos, sejam eles titulares ou suplentes. A rotatividade visa democratizar a participação de parlamentares.

- Possibilidade de análise de projetos de lei e de medidas provisórias pela CMO antes das decisões sobre as matérias na Câmara e no Senado. Essa regra garante o exame do impacto fiscal antes da aprovação.

- Indicação antecipada (para o início dos trabalhos no ano) dos relatores de todas as leis do ciclo orçamentário – PPA, LDO e LOA. A norma permite mais tempo aos relatores e aos comitês na análise dos temas.

- Criação da Relatoria de Receitas, assessorada pelo Comitê de Receitas – que já existia, mas funcionava como órgão de assessoria do relator-geral do Orçamento. O objetivo é reduzir as pressões sobre o relator-geral para reestimar para valores mais altos as receitas, de forma a cobrir gastos demandados.

- Revisão do padrão de distribuição dos recursos originários

da reestimativa de receitas entre relator-geral – que agora definirá a alocação de 20% deles, contra 40% em processos anteriores – e relatores setoriais – que decidirão sobre 55%. As comissões técnicas ficam com os 25% restantes. Isso facilitará a fiscalização da aplicação dos recursos.

- Na apresentação de emendas que destinem recursos do Orçamento para entidades privadas, os parlamentares ficam obrigados a identificar a organização beneficiada, com nome, endereço e os nomes dos sócios e responsáveis pela direção das atividades.

Cédulas de dinheiro e teclados de telefones fixos e móveis poderão receber marcas que permitam a identificação pelo tato

Propostas apóiam pessoas com deficiência

Duas propostas que atendem às necessidades das pessoas com deficiência visual foram aprovadas ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A primeira garante a confecção de cédulas de papel-moeda com um elemento que permita a identificação de cada nota e a outra torna obrigatória a adoção de marca tátil nas teclas de número cinco dos telefones para que essas pessoas possam se situar nos teclados.

Também foi aprovado projeto que reserva vagas para pessoas com deficiência nos programas de qualificação profissional finan-

ciados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A emissão das cédulas de dinheiro brasileiro adaptadas será gradativamente realizada para que, em um prazo de dez anos, todas tenham sido trocadas. A matéria – substitutivo da relatora, Fátima Cleide (PT-RO), ao PLS 90/03, do então senador Paulo Octávio – receberá decisão terminativa na comissão, se for aprovada em segundo turno.

A outra proposição, acolhida em turno suplementar, foi o substitutivo de Paulo Paim (PT-RS) ao PLS 209/04, de Sérgio Zambiasi

(PTB-RS), determinando que as configurações dos teclados dos terminais telefônicos fixos e móveis permitam a utilização por pessoas com deficiência visual. As empresas que não cumprirem a norma não estarão aptas a receber a certificação, de acordo com a lei de organização dos serviços de telecomunicações (Lei 9.472/97).

O projeto inicial previa a identificação em braile em todas as teclas, mas o relator alertou para o alto custo da mudança e para as dificuldades de adoção da medida em celulares cada vez menores.

A terceira proposição foi acolhida também em turno suplementar e trata-se de substitutivo de Flávio Arns (PT-PR) ao PLS 295/04 de Aloizio Mercadante (PT-SP). O texto estabelece que pelo menos 5% das vagas nos programas de qualificação profissional, total ou parcialmente financiados com recursos do FAT, sejam reservadas às pessoas com deficiência.

Aniversário

Os senadores registraram, durante a reunião, a passagem do aniversário de Paim, presidente da CDH, comemorado ontem.



Delcídio critica o governador Puccinelli por ter interpelado Fausto Brites

Delcídio protesta contra condenação de jornalista

A condenação do jornalista Fausto Brites, do Correio do Estado, jornal de Campo Grande, foi motivo de protesto do senador Delcídio Amaral (PT-MS), que promoveu forte defesa da liberdade de imprensa.

Segundo o parlamentar, a condenação ocorreu a partir de interpeção judicial feita pelo governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, “que já instalou 41 processos contra o jornal”.

– O governador submete a parte mais fragilizada do Judiciário estadual para assegurar condenações a penas absurdas ou multas milionárias que não podem ser pagas – afirmou.

Delcídio assinalou que a condenação do jornalista consta – parte do item que examina restrições à liberdade de expressão – do relatório do Departamento de Estado norte-americano, que a secretária de Estado, Condoleezza Rice, enviou ao Congresso americano.

Arns comemora prêmio recebido pela Apae de SP

Flávio Arns (PT-SP) parabenizou a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado de São Paulo (Apae-SP) pelo recebimento do prêmio Rainha Sofia da Espanha, na categoria de Prevenção à Deficiência.

O senador informou que o prêmio – uma distinção do Conselho do Real Patronato sobre Deficiência do Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais da Espanha – foi concedido à Apae-SP pelos esforços em favor da prevenção da deficiência mental.

Arns disse que a associação realiza anualmente mais de 1 milhão de exames de triagem neonatal (teste do pezinho) e oferece atendimento ambulatorial. Também executa programas de educação, capacitação profissional, projetos de arte e cultura e atividades socioocupacionais.

Direitos humanos poderão ser mais divulgados

A Comissão de Direitos Humanos aprovou projeto de Patrícia Saboya (PSB-CE) que estabelece a difusão, por órgãos públicos, dos direitos fundamentais e dos direitos humanos previstos na Constituição, na legislação nacional e nos tratados internacionais e convenções.

A divulgação, de acordo com a proposta (PLS 490/03), será de responsabilidade dos poderes do Estado. A administração pública federal deverá ainda incluir nos contracheques dos servidores informações sobre tais direitos, especialmente os que se referem às mulheres, às crianças e aos adolescentes.

Relatada por Fátima Cleide, a proposição determina que as emissoras públicas de rádio e televisão incluam em suas programações material alusivo aos direitos fundamentais e aos direitos humanos. E que haja divulgação também na publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da administração pública.

– Esse projeto busca ouvir o clamor da sociedade em um país cheio de tantas mazelas, com direitos humanos violados todos os dias, direitos de idosos, crianças, adolescentes, mulheres – argumentou Patrícia Saboya.

Durante a discussão da proposta, José Nery (PSOL-PA) disse que a utilização de órgãos públicos, TVs e todos os instrumentos do Estado para fazer chegar uma mensagem de respeito é bem-vinda e amplia a cidadania.



Reunião da CDH aprova a criação de grupo para debater projeto que define os crimes resultantes de preconceito por orientação sexual

Grupo de trabalho discutirá discriminação sexual

A criação de um grupo de trabalho destinado a discutir projeto que define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito por orientação sexual e identidade de gênero foi aprovada ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), conforme requerimento de Flávio Arns. O projeto de lei foi retirado de pauta a pedido da relatora, senadora Fátima Cleide, a fim de permitir o aprofundamento das discussões sobre a matéria.

A proposição (PLC 122/06), de autoria da então deputada Lara Bernardi, objetiva definir os crimes de preconceito e de discriminação de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero e estabelecer punição a quem cometê-los – a exemplo do que já ocorre em relação ao preconceito de raça, cor, etnia, religião ou nacionalidade.

Arns contou que acompanhou reuniões de grupos de homossexuais no Paraná e disse que, apesar de serem pessoas responsáveis e éticas, eles enfrentam, por exemplo, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho em razão da discriminação de alguns empregadores.

As atividades do grupo de trabalho poderão culminar com a realização de audiência pública, que deverá contar com a participação de vários segmentos da sociedade.

Durante a discussão, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) criticou a posição do papa Bento XVI, divulgada na terça-feira, que classifica o segundo casamento como uma “praga social”. De acordo com ele, a declaração do Papa foi “infeliz”.

Subcomissão vai debater trabalho escravo

A Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, que funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDH), será instalada na próxima quinta-feira. O senador José Nery (PSOL-PA) deverá assumir a presidência da subcomissão, como informou o presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS). A instalação da nova subcomissão ocorrerá logo após audiência pública com a ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, para discutir questões relativas ao racismo, à violência e ao preconceito, marcada para as 9h.

Paim registrou ainda decisão da CDH de enviar ao Plenário requerimento para a criação de comissão temporária com a finalidade de examinar e compilar as proposições em tramitação na Casa relacionadas à discriminação racial, com a finalidade de dar uma resposta à sociedade sobre o assunto em 13 de maio do ano que vem – data em que se comemoram os 120 anos da abolição.

Audiências

O presidente da CDH lembrou que estão previstas para a próxima quarta-feira duas audiências públicas em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A primeira discutirá projeto de Patrícia Saboya (PSB-CE) que incentiva a ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses. A segunda vai comemorar o Dia Internacional da Síndrome de Down e abordará a importância da mídia na inclusão social de pessoas com deficiência.